

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.328 - SP (2019/0297435-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : GILSON FERREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GILSON FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado por GILSON FERREIRA, em favor próprio, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Do que se apura da inicial do *habeas corpus*, pleiteia o paciente a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, sem delinear, entretanto, a qual delito se refere.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste feito.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Encaminhem-se os autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo para que requeira o que entender cabível em favor do paciente, em razão da ausência de defesa técnica.

Superior Tribunal de Justiça

Após, solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, inclusive reclamando o envio das peças dos autos pertinentes à solução da controvérsia. Ressalte-se, ainda, que qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste processo deverá ser noticiado a esta Corte Superior de Justiça.

Requeira-se, inclusive, a senha necessária para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao interessado.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator